

TIRAR RECURSOS DO ESPORTE É TIRAR DINHEIRO DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE E DA SEGURANÇA PÚBLICA.

O setor esportivo brasileiro, representado por atletas, entidades esportivas e organizações da sociedade civil, vem manifestar-se publicamente em defesa do esporte brasileiro. Esporte não somente entendido como aquele praticado por atletas profissionais, que nos inspiram e emocionam nas quadras, estádios, piscinas, tatames, etc., mas também aquele que contribui para desenvolvimento humano e de valores como disciplina, trabalho em grupo, determinação, concentração, resiliência. Aquele que forma cidadãos, que é fator de desenvolvimento humano e social e garantido como direito social na Constituição Federal (art. 217).

Publicada nesta segunda-feira pela Presidência da República, a Medida Provisória que cria o Fundo Nacional de Segurança retira recursos do esporte redirecionando-os para a segurança pública. Esta medida, somada à progressiva diminuição de orçamento do Ministério do Esporte e ao contingenciamento anual, coloca em risco a viabilidade do setor esportivo no país, com graves impactos na educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento social e na geração de oportunidades para milhões de crianças e jovens carentes no país.

Entendemos que a segurança é uma área de suma importância, que atravessa uma crise sem precedentes. Mas ressaltamos que a redução da criminalidade e da violência passa pela melhoria da educação, da redução da desigualdade, da geração de emprego, dentre outras tantas políticas com as quais o esporte só tem a contribuir.

Além das diversas pesquisas e relatos de organizações da sociedade civil que trabalham com esporte, o recente relatório de desenvolvimento da ONU e os estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam existência de evidências empíricas e científicas suficientes para afirmar que a participação regular em atividade física e esporte geram uma vasta gama de benefícios sociais, mentais e de saúde. Entre elas inclui-se a diminuição do peso e da obesidade, a diminuição do uso de drogas legais e ilegais, redução da violência nas comunidades e melhora da capacidade produtiva das pessoas. Além do bem-estar dos cidadãos, o esporte como política integrada reduz os gastos de saúde, diminui a criminalidade, melhora a educação e a produtividade das pessoas.

Não concordamos com a prática do atual Governo, que nos impõe quais direitos podemos usufruir. É dever do Governo garantir todos os direitos de seus cidadãos. Entendemos que a segurança é uma área de suma importância, mas cabe a sociedade perguntar até quando ações paliativas serão propostas e cortes em áreas sociais serão feitos sem qualquer planejamento ou avaliação de seu impacto.

A MP condena o esporte no país, com a retirada do repasse às secretarias de Esporte dos estados e municípios para a promoção do esporte educacional, com o fim dos recursos destinados ao Comitê Brasileiro de Clubes, responsável pelo fomento do esporte de base, com o fim dos recursos destinados às entidades que promovem o desporto escolar e universitário, com a redução do repasse para os comitês olímpicos e paralímpicos e, principalmente, com o corte de mais de R\$ 300 milhões de recursos que iriam para o Ministério do Esporte, responsável pela política esportiva nacional, que inclui programas sociais como o Segundo Tempo, que visa democratizar o acesso à prática do esporte educacional e promover o desenvolvimento integral de jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Isso representa o sucateamento do órgão, que não terá condições de manter suas atividades.

O esporte é comprovadamente um inigualável fator de desenvolvimento humano e social e pode fazer muito pelo Brasil. É hora de o Governo investir no que irá transformar vidas e comunidades.

Por isso apelamos aos parlamentares do Congresso Nacional, para que **não aprovem a supracitada Medida Provisória, que prejudicará profundamente o esporte brasileiro e, por consequência, futuras gerações de cidadãos.**

Queremos a democratização do esporte, por meio do seu acesso a toda população.

Queremos um esporte de qualidade nas escolas, como ferramenta educacional.

Queremos a melhoria do Sistema Nacional Esportivo, com mais eficiência e transparência.

Acima de tudo, queremos um Governo que valorize o que o esporte pode fazer pelo Brasil.

Assinam:

- Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esportes e Lazer – ABSMEL
- Associação Brasileira de Gestão do Esporte - ABRAGESP
- Atletas pelo Brasil
- Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil
- Comissão Nacional de Atletas
- Comitê Brasileiro de Clubes
- Confederação Brasileira de Canoagem
- Confederação Brasileira do Desporto Escolar



- Confederação Brasileira de Desportos da Neve
- Confederação Brasileira do Desporto Universitário
- Confederação Brasileira de Esgrima
- Confederação Brasileira de Judô
- Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor
- Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
- Confederação Brasileira de Tiro Esportivo
- Confederação Brasileira de Triathlon
- Confederação Brasileira de Voleibol
- Comissão de Atletas da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo
- Conselho Federal de Educação Física – CONFEF
- Organização Nacional de Entidades do Desporto - ONED
- Rede Esporte pela Mudança Social – REMS
- Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo - SINDICLUBES
- Sou do Esporte